

Correio da Justiça do Trabalho



Ano 2 – Número 46 – 24 de setembro de 2012

PJe-JT

RS terá primeira vara com PJe-JT especializada em acidentes de trabalho



O Rio Grande do Sul será o primeiro estado brasileiro a contar com uma Vara do Trabalho especializada em acidentes de trabalho cujos processos tramitarão exclusivamente de forma eletrônica.

A 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul será inaugurada com o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) nesta segunda-feira dia 24 de setembro.

Grande polo da metalurgia e da indústria alimentícia gaúchas, e com a construção civil em alta, Caxias do Sul registra, segundo o Ministério do Trabalho, mais de cinco mil acidentes de trabalho por ano. Com a nova Vara, os litígios serão solucionados mais rapidamente por dois motivos principais. O primeiro, por serem julgados em uma unidade especializada, em que a rotina de procedimentos facilita a emissão de documentos imprescindíveis em processos envolvendo doenças ocupacionais e acidentes de trabalho. O segundo é o fato de tramitarem exclusivamente por meio eletrônico, sem necessidade de ações burocráticas realizadas em papel.

No dia 25, às 11h, o módulo de 2º grau do PJe-JT será instalado no TRT da 4ª Região (RS), durante solenidade na sede em Porto Alegre. Na semana passada, o PJe-JT também foi instalado no Fórum Trabalhista de Igarassu-PE nas nove Varas do Trabalho de Cuiabá-MT, na 2ª Vara de Várzea Grande-MT e na Vara de São Gabriel do Oeste-MS. Com a implantação em Caxias do Sul, o sistema já estará em funcionamento em 38 Varas até o final do mês, e em 16 Regionais.

“Encerraremos o ano de 2012 com cerca de 17% das Varas do Trabalho do País funcionando com o PJe-JT, o que superará em 70% a meta de implantação assumida pela Justiça do Trabalho junto ao CNJ. Cerca de 250 Varas do Trabalho, até o final de 2012, e todos os 24 Tribunais operarão pelo novo sistema de Processo Judicial Eletrônico”, afirmou o presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, durante solenidade em Cuiabá. A estimativa do presidente é que o PJe-JT esteja implantado em toda a Justiça do Trabalho nos próximos três anos. “Seremos o primeiro segmento do judiciário nacional com um processo uno e nacional de trâmite processual eletrônico”, finalizou. Mais sobre o PJe-JT: www.csjt.jus.br/pje-jt

(Patrícia Resende/CSJT)

Notícias



Ministro Dalazen abre ato na Arena Pernambuco

Três mil trabalhadores participaram do ato pelo Trabalho Seguro na Arena Pernambuco

Ao abrir o ato público do Programa Trabalho Seguro na obra da Arena Pernambuco, em São Lourenço da Mata (PE), dia 19 de setembro, o presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, destacou que, da mesma maneira que o estádio

apresentará conceitos inovadores, como aproveitamento da energia solar, coleta seletiva e tratamento próprio de sistema de esgoto, numa atitude voltada para a preservação do equilíbrio ecológico, é necessário dedicar atenção especial para manutenção de um ambiente de trabalho saudável e seguro. “Indispensável e urgente a colaboração de todos para fazer efetivos os procedimentos de prevenção”, destacou o ministro.

Ao se dirigir aos cerca de três mil operários presentes, o presidente do TST e do CSJT fez uma analogia entre o mundo esportivo e o mundo do trabalho. Segundo ele, um dos grandes adversários no futebol é a confiança exagerada, o que com muita frequência leva a derrotas inesperadas. Também na construção civil, a confiança em excesso pode levar à não observância dos cuidados com a segurança, provocando acidentes.

Ato exige capacitação em saúde e segurança

- Na solenidade, o vice-governador de Pernambuco, João Lyra, entregou ao ministro Dalazen cópia de um ato recém-assinado pelo governador Eduardo Campos. Pelo decreto, os editais de licitação lançados pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, cujo objeto seja a contratação de obras ou serviços que envolvam fornecimento de mão-de-obra, deverão conter obrigatoriamente, a partir de agora, cláusula que exige a capacitação de todos os trabalhadores em saúde e segurança do trabalho, dentro da jornada normal de trabalho. Como ressaltado no evento na Arena Pernambuco, a norma é mais uma decorrência do Programa Trabalho Seguro, iniciativa do TST e do CSJT



Fotos: Aldo Dias/TST

O decreto institui, ainda, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o Grupo de Trabalho de Prevenção de Acidentes de Trabalho (GTPAT), seguindo as mesmas finalidades do Programa Trabalho Seguro: desenvolver ações voltadas à promoção de saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. O estado do Ceará também já editou norma estadual estabelecendo as mesmas diretrizes, assinada pelo governador Cid Gomes.

Participaram do ato em Pernambuco o jogador Ricardo Rocha, capitão da seleção brasileira de 1994, entre outros atletas de clubes pernambucanos. Também estiveram presentes o presidente do TRT da 6ª Região, desembargador André Genn, as gestoras regionais do Programa Trabalho Seguro, desembargadoras Valéria Gondim e Dinah Figueiredo, e representantes dos sindicatos do setor da construção civil, entre outras autoridades.

Porto Alegre – O décimo ato pelo Trabalho Seguro ocorre no estádio Beira-Rio, em Porto Alegre nesta segunda-feira, dia 24.

(Mauro Burlamaqui/TST e Secom/TST, com informações do TRT-PE)



Ministros Ayres Britto e Dalazen fecham acordo

Cooperação técnica integrará processos eletrônicos do STF e do TST

Os presidentes do STF, ministro Ayres Britto, e do TST, ministro João Oreste Dalazen, assinaram dia 20 de setembro termo de cooperação técnica voltado para a integração dos sistemas de processos eletrônicos das duas Cortes. Uma ferramenta de software (a solução de integração Web Service), a ser instalada e aperfeiçoada pela

Notas

CSJT formará comissão para monitoramento de acidentes de trabalho na JT

A presidência do CSJT expediu ofício aos presidentes dos TRTs solicitando a indicação de profissionais para participar da comissão que será criada para estudar a padronização de rotinas para promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças ocupacionais, conforme a Resolução nº 84/2011. A comissão, que se reunirá periodicamente por videoconferência, também fará um levantamento de sistemas informatizados específicos da área de saúde existentes em órgãos públicos que possam ser cedidos para a Justiça do Trabalho. Um dos objetivos é reunir dados estatísticos para monitoramento de ocorrências de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho no âmbito da JT. [Veja mais sobre o assunto aqui.](#)

Eleitos novos membros suplentes do CSJT

Os ministros do TST, [Alberto Bresciani](#) e [Maria de Assis Calsing](#), foram eleitos, por aclamação, membros suplentes do CSJT. A eleição ocorreu dia 14 de setembro, durante sessão do Pleno do TST. Os ministros ocuparão as vagas decorrentes da eleição do ministro Aloysio Corrêa da Veiga como membro efetivo e da aposentadoria do ministro Horácio Senna Pires.

Escola para magistrados na França oferece uma vaga para curso em Paris

A Escola Nacional da Magistratura (ENM) francesa, por intermédio da Embaixada da França no Brasil, e como parte do convênio de cooperação firmado com a Enamat, está oferecendo uma bolsa de estudos a magistrado trabalhista brasileiro para participação no curso "Investigação Econômica e Financeira", a ser realizado em Paris, no período de 12 a 23 de novembro deste ano. Para se inscrever, o interessado deve [preencher um formulário](#) e comprovar o domínio do idioma francês. O formulário preenchido deverá ser encaminhado para o endereço enamat@enamat.gov.br, até o dia 25 de setembro, a fim de que haja o cumprimento dos prazos fixados pela embaixada francesa. A bolsa oferecida cobre pagamento de inscrição, despesas de hospedagem e parte das despesas de alimentação do participante. Os custos com as passagens aéreas serão de responsabilidade do interessado. (Com informações da Enamat)

Fale com o presidente caroscolegas@tst.jus.br

Expediente



Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho
Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 46 – 24 de setembro de 2012

Secretaria de Comunicação Social do TST
Assessoria de Comunicação do CSJT
Contato: caroscolegas@tst.jus.br

área de tecnologia da informação dos dois Tribunais, permitirá a remessa, pelo TST, dos recursos extraordinários e agravos de instrumento, sua tramitação no STF e sua devolução em meio eletrônico.

O ministro Ayres Britto saudou a cooperação entre as duas Cortes "num campo tão estratégico quando o eletrônico" ressaltando "o empenho da Justiça do Trabalho em conceber e praticar um sistema de vanguarda", por meio de um processo eletrônico unificado em nível nacional baseado no sistema adotado pelo CNJ, o Processo Judicial Eletrônico (PJe). "Trata-se de um fator de integração não só da Justiça do Trabalho, mas de todos os demais ramos da Justiça", afirmou. "Gostamos de ver ideias materializadas". Atualmente, cerca de 50% dos processos do STF já estão informatizados. O TST, por sua vez, é considerado um grande parceiro devido ao volume de processos remetidos para o STF e por seu estágio avançado de desenvolvimento do sistema judicial eletrônico.

Impacto ambiental - O presidente do TST destacou, além das vantagens da acessibilidade e da portabilidade, os aspectos ambientais da virtualização dos processos. Segundo um estudo feito pela Justiça do Trabalho para a Rio+20, a eliminação do processo convencional, em papel, resultará na economia média anual de 2.019 toneladas de papel, equivalente a 50 mil árvores, de 201 mil litros de água e "milhares de quilowatts/hora de energia elétrica".

(Carmem Feijó/TST)

Sustentabilidade



CSJT institui Fórum Permanente de Contratações Sustentáveis

A presidência do CSJT instituiu o Fórum Permanente de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho. Composto por servidores do CSJT e dos 24 TRTs, o grupo terá como tarefa acompanhar e atualizar o [Guia Prático de Contratações Sustentáveis](#), lançado em junho deste ano, e promover ações que auxiliem na sua implementação.

O Fórum também terá de manter disponíveis em meio eletrônico editais e termos de referência sustentáveis, boas práticas relacionadas a compras e contratações sustentáveis, ações de capacitação programadas e monitoramento de metas estabelecidas. [Veja mais aqui.](#)

(Patrícia Resende/CSJT)

Trabalho Infantil

Autorizações para trabalho infantil só podem ser concedidas por juizes do trabalho, conclui seminário

"A competência de conceder autorização judicial para o trabalho infantil é da Justiça do Trabalho". Essa foi uma das conclusões do Grupo de Trabalho que discutiu o tema durante o Encontro Nacional sobre o Trabalho Infantil, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no dia 22 de agosto. Promotores, procuradores, juizes, auditores do trabalho e defensores públicos que participaram do debate entenderam que, de acordo com a legislação em vigor, outras esferas da justiça não devem emitir o documento.

O grupo também avaliou que não cabe autorização judicial para o trabalho antes da idade mínima prevista na [Constituição Federal](#): 14 anos. A única exceção validada pelos participantes seria o trabalho artístico, sendo respeitadas as restrições legais existentes (Constituição Federal - Art. 7º, do inc. XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos).

O Grupo de Trabalho sobre Autorizações Judiciais foi uma das quatro equipes de discussão formadas durante o evento. Cada grupo se dedicou ao debate de um dos se-

guintes temas: autorizações judiciais para o trabalho infantil, trabalho infantil artístico, trabalho infantil desportivo e trabalho infantil doméstico. Cada equipe, formada por profissionais de instituições diferentes, analisou um tema. [As conclusões do debate](#) foram consolidadas e estão disponíveis no site do CNMP. [Veja a matéria completa no site do Conselho.](#)

(Com informações da Ascom/CNMP)

Hotsite do seminário sobre trabalho infantil traz notícias atuais sobre o tema



As análises e expectativas dos especialistas que darão palestra durante o [Seminário Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho](#), que o TST e o CSJT promovem de 9 a 11 de outubro, em Brasília, estão disponíveis na aba "Notícias" do hotsite do seminário. Além das palavras dos convidados, é possível encontrar também informações atuais publicadas em diversos veículos de informação acerca do tema.

(Marta Crisóstomo/TST)